

CENTRO

MATHEUS LINARES FALLAVENA

**BELT-ROAD: A NOVA FACE DA DIPLOMACIA
CHINESA NO SÉCULO XXI**

BAURU

2021

MATHEUS LINARES FALLAVENA

**BELT-ROAD: A NOVA FACE DA DIPLOMACIA
CHINESA NO SÉCULO XXI**

Projeto de Iniciação Científica
apresentado ao Centro de Humanas
e Sociais sobre a orientação da
professora Ma.

BAURU

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F194b

Fallavena, Matheus Linares

Belt-Road: a nova face da diplomacia chinesa no século XXI /
Matheus Linares Fallavena. -- 2021.
35f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Karina Stange Calandrin

Monografia (Iniciação Científica em Relações Internacionais) -
Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. China. 2. Smart Power. 3. Cinturão. 4. Rota. I. Calandrin,
Karina Stange. II. Título.

Dedico esta pesquisa à minha família como forma de agradecimento por todo apoio e confiança em minha formação educacional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais por me darem todo o suporte durante a graduação tanto em caráter acadêmico quanto pessoal.

Agradeço à minha orientadora pela confiança e todo o direcionamento nesta pesquisa e aos professores por toda a ajuda e construção de quem me tornei no curso.

Finalmente, agradeço à Deus pela possibilidade de finalizar este projeto.

Resumo

Este projeto tem por objetivo entender a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) e o modo o qual a China tem trabalhado sua imagem internacional e Política Externa em prol do sucesso do projeto e suas metas. Discutiremos as oportunidades tanto para o Estado chinês quanto para os parceiros da iniciativa, entretanto, abordando as pautas que podem representar um cenário negativo, como sociais, políticas, econômicas e ambientais. É de extrema importância entender as diferentes aproximações do *Smart Power* chinês com os mais diversos parceiros, entre países considerados desenvolvidos ou em desenvolvimento. Por fim, discutir o futuro da ICR e os impactos no cenário global.

Palavras chave: China, *Smart Power*, Cinturão, Rota.

Abstract

This project aims to understand the Belt and Road Initiative (BRI) and the way which China has worked its international image and foreign policy towards the success of the project and its goals. We will discuss the opportunities both for the Chinese State and for the initiative's partners, however, addressing the agendas that may represent a negative scenario, such as social, political, economic and environmental. It is extremely important to understand the different approaches of Chinese Smart Power with the most diverse partners, between countries considered developed or in development. Finally, the link to discuss the future of the BRI and its impacts on the global scenario.

Key words: China, Smart Power, Belt, Road

Sumário

1.0 INTRODUÇÃO.....	8
2.0 MATERIAIS E MÉTODOS	10
3.0 RESULTADOS.....	11
3.1 Política Internacional, diplomacia e ascensão internacional chinesa	11
3.2 Sistema Internacional e relações com a China	17
3.3.1 A influência da ICR no Sistema Internacional.....	26
3.3.2 Desafios e objetivos futuros da ICR	29
4.0 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	32
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

1.0 INTRODUÇÃO

A emergência da China dentro do cenário internacional nas últimas décadas tem sido essencial para o novo molde do Sistema Internacional, impactando diretamente na globalização e geopolítica, principalmente em nível regional, com novas relações com países vizinhos e se concretizando como líder asiático e com o passar dos anos, potência hegemônica capaz de influenciar o cenário mundial em suas principais ações e políticas tanto internas quanto externas, com previsão de, após a segunda metade da década dos anos de 2020, se tornar a maior economia mundial ultrapassando os Estados Unidos. Esta evolução da China se dá pelos investimentos externos feitos no país, assim como o país pretende investir em parceiros atualmente e no futuro, e da reformulação de sua política interna que acabou por gerar reflexos em sua política externa a qual hoje é vista com bons olhos por muitos parceiros, na direção oposta da política externa americana, (JENKINS, 2019) também abordada nesta pesquisa.

Com os avanços ano após ano da ICR, o governo chinês tem incentivado e sendo elogiado pela iniciativa de levar investimentos e infraestrutura para regiões onde as situações são precárias. Apontado como uma nova forma de globalização, o governo da China evita este termo e busca enfatizar uma economia mais aberta e inclusiva. Esse projeto tem uma propaganda pautada no desenvolvimento de um sistema ganha-ganha entre diversos Estados. (HUI; 2019). Em contradição, há o ponto que sustenta o real interesse do Partido Chinês de buscar exclusivamente o aumento do PIB nacional e alcançar interesses particulares. Os principais críticos à essa iniciativa são Estados Unidos, Japão e membros da União Europeia, que encaram a Iniciativa negativamente, principalmente para países endividados que não conseguiriam cumprir com os investimentos feitos pelo governo chinês. A Austrália deu um passo atrás no caminho de assinar o acordo com Pequim, entendendo que a ICR é utilizada para fins estratégicos. (SMITH, 2018).

A iniciativa Cinturão e Rota é considerada uma grande oportunidade para os países dos BRICS, que estão dentro do eixo de interesse expansionista de mercado chinês, vale ressaltar que, bilateralmente, “a China é o principal parceiro de todos os países do agrupamento.” (CARVALHO, 2019, pg. 34). O

autor também vê a Iniciativa como uma oportunidade de expandir a diplomacia brasileira e investimentos empresariais para outros países da Ásia. (CARVALHO, 2019).

O interesse pelo tema apresentando nesta pesquisa se iniciou após a análise da expansão das relações exteriores chinesas, baseadas em investimentos principalmente focados nas nações de mercado emergente e em desenvolvimento, nos noticiários, artigos referentes à nova economia externa chinesa e após anúncios de empresas da China buscando se estabelecer e investir em países, principalmente, do sudeste asiático, continente africano e América Latina. Como marco desse expansionismo há a criação da Iniciativa Cinturão e Rota do governo Xi Jinping, com o objetivo de criar um novo modelo de globalização, buscando incluir parceiros de todo o mundo em um só caminho, o ICR.

Esta pesquisa tem como importância, analisar os pontos positivos e negativos para o Sistema Internacional de forma geral, tanto para os Estados que estão buscando essas parcerias com o governo chinês, quanto os governos que estão relutantes à essa nova forma de negociar e levar investimentos para territórios estrangeiros, principalmente focando nações em desenvolvimento como citado na introdução acima.

A partir dos pontos que serão abordados, será possível disponibilizar um novo ponto de vista científico para futuras análises dentro das Relações Internacionais e geopolítica.

O objetivo central desta pesquisa consiste na junção de uma base de dados sólida para compreender como a Iniciativa Cinturão e Rota tem impacto tanto as políticas interna e externa chinesas, quanto seu impacto no Sistema Internacional. Entre os objetivos específicos, consta buscar as principais estratégias utilizadas pelo Estado chinês e como são feitas as abordagens envolvendo os mais diversos Estados englobados pela ICR. Também entender o impacto desses investimentos e relações para o cenário internacional, na atualidade, principalmente em âmbitos político, econômico, social e ambiental. Outro objetivo é tomar conhecimento dos impactos, positivos e negativos, da Iniciativa Cinturão e Rota no que diz respeito aos investimentos nos países em desenvolvimento e desenvolvidos.

2.0 MATERIAIS E MÉTODOS

Para entender a importância dessas movimentações políticas chinesas serão usados documentos secundários, tendo como fontes principais livros e artigos, levando em consideração uma diversificada área bibliográfica. Esses recursos bibliográficos de nossa pesquisa unirão teorias, aspectos e exemplos que traçarão um paralelo entre as atitudes econômicas, de cunho global e geopolíticas, além de explicitar a influência dentro da política internacional.

Entre os documentos pesquisados, há materiais pautados na economia, histórico político e relações passadas e atuais entre Estados que foram impactados pela ICR, desde o início da Iniciativa até a atualidade.

Os métodos utilizados para a realização desta pesquisa será a por meio de observação direta. Este método foi escolhido pela razão dos fatos e teorias históricos nos proporcionarem uma maior compreensão da influência da Iniciativa Cinturão e Rota dentro da nova diplomacia chinesa e globalização na segunda década do século XXI. Será trabalhado ao final da pesquisa, após um estudo aprofundado das fontes, o método hipotético dedutivo de nossa pesquisa.

3.0 RESULTADOS

3.1 Política Internacional, diplomacia e ascensão internacional chinesa

Com o intuito de esclarecer as características majoritárias do termo “Diplomacia” e sua importância, é necessária uma compreensão referente às políticas doméstica e externa, e suas interações. A diplomacia é regida, em âmbito internacional, pela política externa de um país, que sofre claras influências internas. Uma das principais teorias que busca analisar tais influências, interna e externa, é a do Jogos de Dois-Níveis, na qual Putnam (1988) estabelece uma clara relação entre as políticas e interesses internos, influenciando a atuação do Estado no cenário internacional. Governos tendem à sofrer pressões de grupos de interesse domésticos com seus respectivos representantes e causas que buscam beneficiar ao entrar em contato direto com os governantes. O resultado claro se dá quando “No nível internacional, governos nacionais buscam maximizar sua própria habilidade de satisfazer pressões domésticas.” (PUTNAM, 1988, p. 434).

As negociações diplomáticas se dão entre líderes e representantes internacionais desejando realizar tratativas que satisfaçam ao máximo seus interesses particulares, no caso, atendendo aos desejos dos atores internos, como líderes partidários, *lobby* político (dependendo da nação), representantes políticos, como senadores, empresários, entre outros. Com objetivos denominados “*win-sets*”, um conjunto de vitórias diplomáticas, pautadas pela política externa do país. (PUTNAM, 1988).

Além das políticas interna e externa, o cenário internacional e a época influenciam a forma com que um Estado gere sua diplomacia, pautando-se em seus objetivos e ideologias. Um claro exemplo diz respeito ao período que corresponde à Guerra Fria envolvendo, dentro de um cenário global bipolar, Estados Unidos e União Soviética como principais atores, mas influenciando a política internacional de maneira geral. Os conflitos ideológicos envolvendo os dois Estados principais e guerras envolvendo Estados secundários acabaram por criar uma necessidade de adaptação na forma como reger a diplomacia. Estados Unidos e a URSS possuíam um enorme arsenal em suas mãos, o qual forçou-os à balancear o uso da força e da diplomacia nas negociações dentro do Sistema Internacional. Vale ressaltar a forma como os Estados Unidos rege sua

política externa, mesclando o uso da diplomacia com sua influência e poderio militares. (KISSINGER, 1956).

Dentre os tipos de influência no cenário externo, temos a presença dos termos *Hard Power* e *Soft Power*. *Hard Power* diz respeito à habilidade e poder de um país influenciar atitudes, de outro Estado ou entidade internacional, que não seriam tomadas em um cenário desprovido de intervenção de um membro do Sistema Internacional considerado mais poderoso. Resumidamente, “Estratégias de *Hard Power* focam em intervenções militares, diplomacia coercitiva, e sanções econômicas para impor interesse nacional.” (WILSON, 2008; p. 114). Outro ponto à se destacar é que atores e instituições burocráticas nacionais que defendem os princípios do *Hard Power* tendem à se sobressair em questões de números, relevância e poder dentro de governos os quais possuem o uso de tal ferramenta de poder em sua diplomacia e negociações dentro do cenário internacional. (WILSON, 2008).

Em oposição, o *Soft Power* busca alternativas diplomáticas mais amigáveis em negociações com Estados, blocos econômicos e instituições internacionais. Nye (2004) caracteriza o *Soft Power* como uma capacidade de moldar as preferências daqueles que buscam, de alguma forma, persuadir nas tomadas de decisões, uma vez que o termo “influenciar” caracteriza-se mais como *Hard Power* do que *Soft Power*. O sucesso de tal política mais diplomática pode ser mensurado através da forma com que um Estado atrai outros pela forma a qual rege sua política externa e atitudes tomadas no cenário. Há a necessidade constante de renovar suas políticas de acordo com o momento do Sistema Internacional. Políticas globais e multilaterais tendem à atrair adeptos, enquanto escalada de conflitos acabam por dar frente ao *Hard Power* afastando possíveis seguidores no cenário. À exemplo, é possível citar a Guerra do Afeganistão, no início dos anos 2000, que prejudicou a imagem do Estados Unidos entre as nações árabes, imagem que pode demorar anos para se recuperar da deterioração pós conflitos. (NYE, 2004).

Nye (2004) estabelece três recursos primários que um país utiliza como forma de *Soft Power*, são eles a cultura, valores políticos e política externa. O primeiro, como forma clara de atração e internacionalização de costumes. O segundo, quando se faz jus à tais valores tanto em âmbito nacional quanto

internacional e, por fim, quando a política externa demonstra valores morais e autoritários respeitados por diversos atores internacionais.

Pode-se definir *Hard Power* e *Soft Power* como:

“Poder de comando – a habilidade de mudar o que outros fazem – pode-se apoiar na coerção ou indução. Poder cooperativo – a habilidade de moldar o que os outros querem – pode-se apoiar na atração pela cultura e valores de um ou a habilidade de manipular a agenda de escolhas políticas em modo que faça outros falharem em expressar algumas preferências porque parecem muito irrealis.” (NYE, 2004; p. 7).

Após a introdução dos dois poderes acima é possível analisar a importância do *Smart Power* para a política externa e atos diplomáticos. Entre os três, é relativamente o termo mais novo dentro da ciência política. Sua importância tem crescido, por exemplo, como forma de análise de política “inteligente” após ações tomadas durante o governo Bush que foram consideradas equivocadas. Atitudes como as adotadas pelo governo Bush, entre outros, foram propícias para o crescimento da ideia do *Smart Power* como a melhor maneira de balancear as decisões na política externa e requerendo expertise de governos e governantes para utilizá-lo, unindo instituições pautadas no *Hard Power* e outras com foco no *Soft Power*, acima de tudo, conhecendo suas maiores oportunidades de sucesso e suas limitações, sabendo explorar sua influência como potência internacional e aproveitar de sua capacidade diplomática cooperativa e atração quanto à cultura e valores. (WILSON, 2008).

Atentando-se nas características da diplomacia internacional, primeiramente representa um dos principais meios dos Estados fazerem seus interesses serem ouvidos pelos atores da sociedade internacional, com o objetivo de colocar frente à frente em negociações nações com metas estabelecidas e fazendo-se ouvidas, “estados poderiam usar a diplomacia como meio de atingir fins políticos.” (KELLEY, 2010; p. 287). Entretanto, assim como muitos ramos das Relações Internacionais, a diplomacia não está isenta de variações de tempos em tempos, como na década de noventa, quando a diplomacia sofreu e os diplomatas, conseqüentemente, sofreram um declínio, no período pós-Guerra Fria, no qual conflitos ideológicos e militares tomaram força, e com a unilateralidade dos Estados Unidos, as negociações multilaterais acabaram por sofrer um declínio pontual. Com o decorrer da década de noventa,

a diplomacia iniciou um processo de reinvenção, junto com o cenário de política externa global, com novas agendas globais, como a ambiental, congressos e novos blocos e parcerias comerciais emergindo, cenário que se concretizou no início do século XXI. (KELLEY, 2010).

Vale ressaltar pontos como:

“Instituições diplomáticas, em senso oficial, são reflexos do sistema internacional estado-base que cria-os. Eles baseiam muito de design organizacional, regras de conduta, e senso de missão em condições essenciais do ambiente internacional.” (KELLEY, 2010; p.295).

A diplomacia, como já argumentado anteriormente, passou por diversas transformações e adaptações com os anos. Uma grande influência, que renovaria o modo no qual a diplomacia era regida, foi o término da Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes, envolvendo as nações vencedoras e derrotadas na guerra. Até o final do século XIX, principalmente, e primeira e segunda décadas do século XX, o continente europeu, prioritariamente, encontrava-se em um cenário no qual a diplomacia que visava, acima de tudo, evitar conflitos e buscar a paz minguava frente às estratégias e ideais militaristas. Havia uma visão de que a forma de alcançar a paz seria através de guerras ou da chamada “Guerra das Guerras”, descartando inicialmente as conversas e tendo a agressão como forma de resolver impasses. Ao encontrar-se totalmente debilitada, uma nação buscaria, finalmente, uma forma verbal de negociar sua rendição em uma guerra. Outra característica marcante da diplomacia do final do século XIX era a de que a nação vencedora usaria de termos em tratados, e da própria diplomacia em si, como forma de humilhar a nação derrotada (KISSINGER, 2012).

KISSINGER (2012) aponta a relevância do presidente norte-americano Woodrow Wilson frente às negociações dos termos de Paz do Tratado de Versalhes pós-Primeira Guerra, usufruindo de ideais diplomáticos voltados ao pacifismo e novo equilíbrio de poder. Para se assegurar a paz mundial, seria necessário que se extinguissem as potências capazes, por desejo próprio e anonimamente, de optar por abalar a estrutura de equilíbrio global e a paz mundial.

A criação da Liga das Nações foi um claro resultado da Conferência de Paz de Paris, a qual era de expresso desejo de Wilson. A liga teria como objetivo

unir os países membros com a ideia de implementar uma nova ordem mundial pautada em ideais de liberdade e democracia. “...dependeria da Liga proteger a segurança coletiva de estados democráticos contra agressões externas, deste modo permitindo aproveitarem de benefícios de auto determinação nacional e comércio pacífico.” (AMBROSIUS, 2007; p. 709).

Na segunda metade do século XX, as previsões ao redor da diplomacia global eram positivistas, com expectativas da ascensão das diplomacias liberais, porém continuam existindo desafios, principalmente no século XXI, como a representação entre democracias e autocracias, além de novas perspectivas de buscar resoluções de conflitos e concretizar interesses através de acordos civilizados ao invés de atos coercitivos. Ressalta-se a importância da era digital e como as plataformas digitais têm influenciado a nova diplomacia do século XXI tanto para o lado das democracias quanto das autocracias que coletam informações relevantes em como basear-se em negociações e manejar respectivas políticas externas. (STANZEL, 2018).

Desde sua unificação no ano de 221 a.C. a China exercia influências típicas de um Estado regionalmente hegemônico, governada por dinastias que controlavam vastos territórios e impactavam regularmente e significativamente nos povos vizinhos que consideravam bárbaros, ou seja, aqueles que não se submetiam ao imperador. O Estado chinês, historicamente, utilizou-se do *smart power* no que diz respeito à suas atitudes no cenário regional externo. Alternando entre conflitos, principalmente contra os japoneses em busca de expandir seus domínios, e buscando formas de diplomáticas contra outros povos da região através de negociações que satisfizessem os governantes. Entretanto, internamente, o governo tinha o objetivo de reforçar suas vastas fronteiras com o objetivo de evitar invasões exteriores e principalmente prevenir a possibilidade da criação de coalisões bárbaras que ameaçassem a soberania do imperador (KISSINGER, 2011).

Na última década do século XVIII, o Estado chinês representava um incômodo para o império britânico, maior potência ocidental da época, principalmente pela forma que tratava as relações comerciais, cobrando altas taxas dos comerciantes britânicos. Neste período iniciaram-se os conflitos envolvendo os dois Estados, tendo como principal embate a Guerra do Ópio. Os atritos entre os governos chinês e britânico também foram elevados devido ao

tradicionalismo chinês, que não enxergava sua inserção dentro do Sistema Internacional da época como algo necessário, não desejando ceder à modernidade, ao contrário, por exemplo, do Estado japonês que buscou modernizar-se, inclusive militarmente, através do contato com os Estados Unidos na metade do século XIX (KISSINGER, 2011).

No início do século XX, a China era um país rural, de poucas riquezas e com pouca significância no cenário internacional. Sua política interna e governo nacionalista desmoralizados proporcionaram espaço para a ascensão de mobilizações contra tais líderes. Entre esses movimentos há a criação do Partido Comunista Chinês, considerado, por anos, ilegal pelo governo. A invasão japonesa ao território da China serviu como oportunidade de união entre os nacionalistas no poder e os comunistas, porém sem sucesso. Com uma China abalada no cenário pós-guerra, Mao Tsé-Tung assume a liderança em Pequim. Após anos no governo e com sucesso na diminuição de doenças infecciosas e nos índices de analfabetismo, a China se vê em uma crise agrária, métodos de produção rudimentares e políticas radicais adotadas, que desgastaram os atuais governantes. Após a morte de Mao, no mandato seguinte, Deng Xiaoping “fez o possível para modernizar fazendas, fábricas, forças de defesa e todas as atividades em que novas tecnologias pudessem ser empregadas.” (BLAINEY, 2010, pg. 275, 2010). Houve um rápido ingresso de indústrias e capital estrangeiros na China, e uma reparação das relações para com os principais países ocidentais, favorecendo a política externa e economia chinesas. (BLAINEY, 2010). O período entre o fim dos anos noventa e início do século XXI marca a consolidação do Estado chinês no mundo globalizado. Um fator relevante foi a mudança do centro de grandes potências econômicas da região Euro-Atlântica, para a região asiática, destacando a China. (LAYNE, 2012).

Na primeira década do século XXI a política externa chinesa desenvolveu-se influenciada pelas reformas propostas durante o Reformismo de Xiaoping onde destaca-se a inclusão no, já citado anteriormente, cenário internacional. Uma característica marcante desta política, que influenciou a diplomacia, é seguir o conceito de Desenvolvimento Pacífico onde baseia-se “[...]na troca de conhecimentos entre os povos, uma construção política do desenvolvimento independente e aberta para com os demais Estados.” (JUNIOR, 2016, p. 136).

Este princípio de Desenvolvimento Pacífico, desenvolvido no final da primeira década do século XXI e início dos anos de 2010, tinha como objetivo, além da integração internacional através de uma diplomacia pacífica, atentar aos princípios do *Smart Power*, combater fraquezas, focada em três princípios básicos, que são: “1) Promover a construção de um mundo harmonioso; 2) Política Externa independente e Pacífica; 3) Política Externa Responsável.” (JUNIOR, 2016, p. 136). Todos esses ideais constam no Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico de 2011 (JUNIOR, 2016).

Após a crise econômica mundial no fim da primeira década do século XXI, o mercado chinês expandiu sua influência e capacidade de produção. No ano de 2013 há a criação da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) promovida pelo governo de Xi Jinping. Com objetivo central de recriar a antiga Rota da Seda, “anunciando planos de aproximar Ásia, Europa, África e o Oriente médio gerando investimentos e trocas de conhecimento e criando novas conexões institucionais”. (MALISZEWSKA; MENSBRUGGHE, 2019, pg. 3). A Iniciativa Cinturão e Rota tem deixado de lado a lógica do traçado de fronteiras regionais e o entendimento histórico sobre a Rota da Seda, devido aos países que estão inclusos seus futuros investimentos como “Nigéria no oeste africano, Bolívia na América do Sul e Estados na América Central e Caribe como Panamá e Antígua e Barbuda.” (BRAKMAN, et al.; 2019, pg. 8). Esta iniciativa chinesa levanta questionamentos globais acima das influências sobre economia, impactos sociais e meio-ambiente globais e dos países em desenvolvimento envolvidos (MALISZEWSKA; MENSBRUGGHE, 2019).

3.2 Sistema Internacional e relações com a China

A Iniciativa Cinturão e Rota consiste em duas frentes de atuação, a terrestre “Cinturão econômico da Rota da Seda” e a marítima “Rota da Seda Marítima” (Du, 2016).

“Esta Rota da Seda moderna ligará sessenta e cinco países e 4,4 bilhões de pessoas de Xi’na no oeste chinês, através da Ásia Central, para o Oriente Médio, Rússia e Europa. A rota marítima é desenvolvida para ligar o Mar do Sul da China ao Oceano Índico, leste africano, Mar Vermelho e o Mediterrâneo.” (Du, 2016, p. 31).

O cenário regional onde a China está inserida envolve países que dependem de altos investimento e recursos para financiar seus projetos e objetivos anuais. A Iniciativa do Estado chinês representa uma alternativa para

esses países conseguirem formas de financiar projetos e angariar fundos para si. Porém, alguns problemas surgem neste cenário. O primeiro diz respeito ao mau uso dos recursos originados de parcerias com o Estado chinês, ao não cumprimento de suas obrigações, a gastos além do disponível e ao sucateamento das obras. O segundo ponto é a eventual inadimplência do Estado devedor, gerando novas dívidas e a necessidade de renegociação destas junto ao governo chinês (BRAKMAN, et al., 2019).

A partir da segunda metade do século XX, os países do sudeste asiático passaram a se organizar e se unir em prol do desenvolvimento comum. O grande marco disso foi a criação da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático). Devido à sua localização, que aumentava as dificuldades de negociações em caráter global, estes Estados desenvolveram seu comércio com as maiores potências regionais, entre elas a China. Para o rápido desenvolvimento dessas nações são necessários grandes investimentos. Este cenário tornou o Sudeste Asiático o principal foco dos investimentos em desenvolvimento de infraestrutura dentro da Iniciativa Cinturão e Rota. Com o passar dos anos, o foco dos investimentos acompanhou os desenvolvimentos. Além de desenvolvimento em infraestrutura, esses países acompanharam os avanços junto da China, principalmente no século XXI fazendo uso do capital disponível através da iniciativa chinesa para investir em novas áreas tecnológicas, como *e-commerce* e digitalização como um todo (GLAUMANN, et al., 2019).

Analisando a perspectiva chinesa, o crescimento de economias vizinhas, assim como o auxílio em suas respectivas industrializações, aumenta o poder do mercado doméstico chinês com a estabilização de novos parceiros consumidores dos produtos advindos do gigantesco mercado chinês. Para dar vazão à sua produção, a China procurou expandir para mercados além daqueles correspondentes à ASEAN, desprendendo forças e investimentos para mercados em ascensão em todo continente asiático (HONG, 2016).

“Países da Rota da Ceda proverão novos mercados para os excessos de produtos manufaturados e capacidade de construção chineses. (...) A exportação de produtos Feito na China para países asiáticos vai ajudar à absorver muito dos produtos manufaturados chineses, como ferro e aço...” (HONG, 2016, p. 6).

Vale ressaltar as estratégias adotadas pela China em seu desenvolvimento político internacional e comercial. A primeira, se alinhando aos países considerados em desenvolvimento, os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), onde a China possui maior influência sobre o mercado. Buscando trabalhar em reformas financeiras internacionais aumentando sua representatividade no, ainda dominante, mercado ocidental. A segunda estratégia diz respeito a desenvolver uma organização financeira própria, onde a China teria maior influência e menor interferência dos concorrentes ocidentais. Um exemplo é o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura instituído em 2014 (da sigla em inglês AIIB), sendo um canal ao qual a China pode endereçar seus investimentos de capital à outros países do cenário asiático (HONG, 2016).

O plano de Ação tem como meta audaciosa viabilizar uma conectividade no continente asiático, inicialmente, e expandir para todo o cinturão. Propondo acordos de integração financeira, políticas econômicas em prol da cooperação e expansão comercial e conexões pessoais. Além do AIIB, diversas instituições estão inclusas como facilitadoras do Plano de Ação chinês, como a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), Fórum de Cooperação China e Estados Árabes (CASCF), entre outras. A China acabou por influenciar mais países da Eurásia expandindo suas atuações nas nações presentes nessa região, como principal exemplo de sucesso dessa atuação se destaca a relevância que o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) acumulou com a expansão do mercado chinês, acumulando um total de 57 países empenhados em se tornarem membros da instituição, além de ressaltar que neste cenário de investimentos e em múltiplos mercados e vertentes, nenhum país exerce liderança parecida com a da China (DU, 2016).

Em âmbito global, o aumento da popularidade do *soft power* nas tratativas, principalmente naquelas que envolvem economia e acordos de mercado, favoreceu a China, que já aperfeiçoa essa prática em escala regional e expande conseqüentemente para a Eurásia e o globo, favorecendo as negociações de infraestrutura e a popularização dos investimentos através da Iniciativa Cinturão e Rota. Por outro lado, o Estado norte-americano e suas instituições apresentam uma acentuada queda de popularidade, principalmente devido a forma como estabeleceram negócios e novas parcerias. Este cenário internacional foi propício para a China e seu projeto de se estabelecer globalmente. Se deve

ressaltar os diferentes momentos vividos pelos países no momento da instituição da iniciativa chinesa. A China, país em amplo desenvolvimento, vivia sua ascensão econômica, enquanto os Estados Unidos tentavam se recuperar de uma das maiores crises econômicas de sua história. Crise esta que impactou profundamente na política interna americana tanto quanto na sua política externa e a forma como administrar suas parcerias, além de um passado manchado por decisões baseadas em princípios do *hard power* vistos com maus olhos no cenário internacional, prejudicando a imagem norte-americana. Porém, os Estados Unidos se mantêm na disputa hegemônica devido a influência global de sua cultura e a força de sua moeda e sua economia já estabelecida no mercado financeiro (VLADOS, 2020).

Nye (2004) aponta, no início do século XX a importância de se estabelecer com uma política externa pautada em princípios do *soft power* e como ignorá-lo acarreta diversas dificuldades perante a comunidade internacional e revezes na tentativa de alcançar determinados objetivos estipulados. O maior exemplo é a forma pela qual os Estados Unidos têm perdido sua popularidade, no sentido oposto da China, sendo visto como um país pautado no uso da força e um governo inconfiável, cenário originalmente observado entre Estados localizados no Oriente Médio e Ásia, mas que hoje essa desconfiança atinge as novas gerações de jovens europeus. Não se deve abdicar de tradições políticas, porém o Estado, e os consecutivos governos devem se adaptar às evoluções na política internacional. O autor também enfatiza a importância em misturar características de *Hard Power* e *Soft Power* para atingir seus objetivos dentro do cenário internacional originando um terceiro termo, “*Smart Power* significa aprender melhor como combinar *Hard Power* e *Soft Power*.” (NYE, 2004; p. 32).

Um exemplo de ação chinesa alinhada com o princípio do *Smart Power*, que vai além de investimentos em infraestrutura e mercados vizinhos, é a tentativa de inserção e busca por maior relevância cultural, promovendo formas de participar mais ativamente nas indústrias culturais internacionais e, como exemplo na indústria cinematográfica, o público chinês tem se tornado cada vez mais o alvo principal das indústrias internacionais no consumo dos produtos, principalmente os ocidentais. A boa relação econômica e política com a China se comprovou cada vez mais benéfica para atores de ambos os lados conseguindo expandir seus mercados e respectivas culturas. Posteriormente ao

mercado doméstico (Estados Unidos) a China se tornou o mercado cada vez mais procurado por produtoras de cinema (VLASSIS, 2015).

Expandindo suas relações à nível global, desde a segunda metade do século XX, a China propõe tratativas constantes com as nações do continente africano, aperfeiçoando sua política externa junto desses Estados com o decorrer das décadas. Na região da África Subsaariana, a China tem elevado sua presença econômica na região, muito se deve aos investimentos em projetos de infraestrutura. Essa relação com os membros dessa região foi alvo de olhares críticos e teorias por parte do ocidente. A primeira classifica as aproximações chinesas como atos neocoloniais em busca de recursos africanos, principalmente petróleo e minérios. O segundo ponto interpreta as ações chinesas como forma de expandir suas influências na região em uma competição direta contra a influência ocidental que tenta se estabelecer na região Subsaariana (JENKINS, 2019). A China tem atuado através do "...crescimento do comércio bilateral, investimentos estrangeiros e projetos empreendidos por firmas chinesas na região, e empréstimos e ajuda fornecida pela China à África Subsaariana." (JENKINS, 2019; p.114). Para melhor representar o crescimento de tais relações comerciais e a importância da presença chinesa e seu impacto na região, é possível analisar através da evolução dos números no decorrer das décadas no que diz respeito aos valores que estes países negociaram. O salto foi de menos de 5 bilhões de dólares ao ano no início da década de noventa, para um total de aproximadamente 193 bilhões de dólares em comércio envolvendo a China e membros da região da África Subsaariana no ano de 2014, aumentando exponencialmente, com o passar dos anos, os números de importações e exportações de ambos os lados (JENKINS, 2019).

Revelando parcerias com o continente africano de maneira geral, vale destacar as tratativas bilaterais envolvendo China e Etiópia, um país da África Oriental, ressaltando que como em outras empreitadas os investimentos chineses envolvem tanto verba de empresas estatais quanto instituições privadas. Com o início da abertura do mercado etíope na década de noventa, novas oportunidades surgem, porém mandatários etíopes enxergam a proposta de desenvolvimento econômico neoliberal com dúvidas, entretanto, vendo inspirações no modelo econômico desenvolvido pela China à época classificado como modelo que desenvolve o neoliberalismo, porém com forte presença

estatal sobre as classes. A relação bilateral bem-sucedida entre os dois países serve de exemplo para outras nações que preterem futuras parcerias junto da China, expandindo a política de investimentos pelo continente africano (ZISO, 2018).

“A coordenação próxima entre ajuda, comércio, e investimentos reflete na interação entre o desenvolvimento das prioridades etíopes e objetivos políticos, econômicos e políticos externos chineses, os quais, todos se esforçam para alcançar através de suas ajudas e políticas de investimentos na África.” (ZISO, 2018; p. 141).

O caso de investimentos junto da Etiópia pode ser considerado bem-sucedido, a partir da oportunidade do país africano de estabelecer novas relações com outros atores internacionais. Um exemplo é o desenvolvimento agrônômico junto da própria China e do Brasil. As novas chances de investimentos no setor rural têm gerado resultados para todos os países envolvidos, como “o setor de floricultura, por exemplo, cresceu de 2 milhões de dólares em exportações para 170 milhões de dólares entre 2003 e 2010.” (ALEMU; SCOONES, 2013; p. 94). As tratativas entre os três Estados têm ocorrido através da troca de experiências e apresentar projetos à organizações públicas, e investimentos no setor rural de maneira abrangente, em sua maioria, investimentos advindos do ramo privado. Como um dos principais resultados há a implementação de tecnologias do ramo agrícola consideradas referência, como a promoção da estratégia de bioenergia, sendo desenvolvidas por organizações etíopes (ALEMU; SCOONES, 2013).

As intervenções chinesas, sejam do setor privado ou estatal, tem surtido efeito em diversas áreas dos países os quais os laços são estreitados. A política econômica e a evolução constitucional da Etiópia têm mudado com os efeitos dos investimento advindos da China, “as mudança de modalidades de intervenção estatal estão entrelaçadas com a economia e relações políticas com a China da Etiópia.” (ZISO, 2018; p.159).

Analisando através de uma ótica continental, a participação da China na África através de investimentos, expansão de tratativas comerciais e influências comerciais no continente, levantam opiniões e discussões polarizadas. O primeiro ponto de vista entende que a relação entre o continente africano junto

do Estado chinês é bem-vinda, sugerindo uma nova forma de angariar recursos para investimentos além dos parceiros tradicionais se tornando uma nova alternativa, atualmente, vital para o financiamento de áreas que demandam desenvolvimento. Por outro lado, há a visão de que a China explora os mercados africanos como local para comercializar produtos considerados de baixa qualidade pela população local, onde as principais visões negativas dos africanos para com os chineses se dão devido aos problemas envolvendo negociações e produtos. Para garantir a manutenção dos objetivos chineses na África o país busca usufruir de seu, consolidado, *soft power* através, principalmente, das influências econômicas, participação de instituições chinesas e expansão cultural chinesa no continente (MORGAN, 2018). Outros impactos são visíveis:

“A opinião pública é um constituinte importante do *Soft Power* da China porque populações com imagens positivas da China são propícias a apoiar seus próprios líderes quando eles buscam políticas favoráveis à China.” (MORGAN, 2018; p. 14).

Uma pesquisa feita pela rede independente *Afrobarometer* constatou que aproximadamente 50% das respostas à pesquisa consideram os trabalhos feitos pelos chineses “Ótimo” ou “De alguma maneira bom”, enquanto apenas 20% classificam os trabalhos negativamente. São elencados os apoios à infraestrutura e auxílios sociais como os principais pontos positivos, favorecendo a imagem chinesa e dando relevância à forma pautada no *smart power* de agir no continente. Quantitativamente, fundações chinesas possuem o dobro de contratos em relação as companhias parceiras da OCDE, geralmente tendo essas fundações atuando juntamente com os países em desenvolvimento envolvidos nos acordos e seus respectivos governos. É observado um número ínfimo de contratos que apresentaram problemas envolvendo as instituições chinesas e as partes representantes dos países africanos, distúrbios esses de caráter ambiental ou social, apresentando um alto controle das burocracias chinesas acerca do desenvolvimento das ações no continente (MORGAN, 2018).

Outro continente onde a China tem aumentado interesse é a América Latina. Porém a história de relações entre os chineses e o continente latino é recente. Iniciando maiores tratativas a partir da primeira metade da década de noventa quando China e Brasil estabeleceram uma “parceria estratégica”,

entretanto, apenas após os anos 2000 que o número de parcerias expandiu, mencionando parcerias com Estados como Argentina, México e Chile. Essas tratativas foram marcadas por diversos encontros entre líderes regionais latino-americanos com os presidentes chineses Hu Jintao e Xi Jinping tanto em solo latino, quanto chinês, promovendo acordos e iniciativas de investimentos assim como ocorria no sudeste asiático e África. Apesar de um grande engajamento regional no continente, as relações eram, majoritariamente, bilaterais (JENKINS, 2019).

Se destaca a importância do comércio nos acordos:

“Comércio é fundamental para as relações econômicas da América Latina com a China. No final dos anos 1990, o total comercializado (importações mais exportações) entre China e América Latina representava apenas 5-8 bilhões de dólares por ano. Comércio bilateral cresceu drasticamente na virada do século, alcançando mais de 255 bilhões de dólares em 2014.” (JENKINS, 2019; pg. 224).

Ao contrário das relações envolvendo os países subsaarianos, as relações entre América Latina e China eram mais balanceadas. O comércio entre as regiões envolvia a importação de produtos industrializados por parte da América Latina, enquanto 85% dos produtos importados pela China eram de mercados primários, como commodities, entre eles combustíveis e produtos agrícolas. Apesar do crescimento do comércio, a América Latina ainda representa uma pequena porcentagem entre os principais parceiros da China, atrás da União Europeia, Estados Unidos e parceiros regionais do Estado Chinês. Investimentos por parte de instituições chinesas, assim como em outros continentes, está presente na América Latina, com menção aos países do Caribe. As abordagens advindas do *smart power* chinês são observadas em suas frentes de atuação e expansão. Esses investimentos, ajudas e empréstimos são considerados abordagens recentes na relação sino-americana e sino-caribenha, ganhando força após o ano de 2010 e principalmente com a criação da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR). No que diz respeito aos projetos empreendidos pela China na região, seus maiores esforços e investimentos estão nos setores de energias, devido ao grande potencial do continente, e ferrovias, com foco na Argentina e Venezuela. Porém os números desses

investimentos representam valores menos significantes do que aqueles desprendidos para os membros da região subsaariana (JENKINS, 2019).

Focando na América Central, assim como em outras regiões, é possível analisar como as disputas econômicas entre China e Estados Unidos ocorrem em determinado local. Tanto quanto na África e grandes centros da América Latina, as parcerias com os Estados Unidos são duradouras e estabelecidas, elevando o desafio chinês na tentativa de conseguir espaço nesses mercados em expansão. Desde o início do século XXI o Estado chinês propõe o aumento dos valores envolvendo comércio (importações e exportações), quanto ajudas financeiras e investimentos em infraestrutura, deixando claro novamente o modelo chinês de aproximação e parcerias com os países em desenvolvimento. Apesar deste crescimento, em números absolutos, o comércio chinês na região representa uma quantidade aproximadamente quatro vezes menores que os Estados Unidos, deixando clara a hegemonia do comércio norte-americano na região. As aproximações comerciais chinesas também envolviam interesses políticos. Nos anos 2000, uma primeira maior aproximação ocorreu junto do governo da Costa Rica o qual cessou relações com Taiwan e em seguida anunciando o estabelecimento de novas relações diplomáticas com o governo chinês que prometeu ajudas superiores a U\$100 milhões e um valor U\$300 milhões em títulos estatais pelo reconhecimento diplomático. Assim como nos maiores parceiros econômicos da América Latina e África, o principal setor foi o da agricultura. E vale ressaltar que apesar da crise econômica dos anos 2000, os investimentos se mantiveram, provando o engajamento chinês no mercado centro-americano. Neste cenário, envolvendo disputa política entre o Estado chinês, Taiwan e a disputa pelo mercado contra os Estados Unidos, países como El Salvador, Panamá e Nicarágua foram alvos de investimentos chineses e acordos bilaterais envolvendo ajudas estatais e aumento do comércio, estabelecendo a China na região e aumentando oportunidades para a expansão em mercados vizinhos que buscavam desenvolvimento (LEM; PAUDEL; PORTADA, 2020).

O mercado europeu é visto com interesses em novas oportunidades por parte da política externa econômica chinesa, um mercado estabelecido, porém que enfrenta crises globais as quais busca menor atuação global visando se estabelecer, primeiramente, regionalmente. Neste cenário, a China opta por criar

novos acordos junto do Reino Unido e membros da União Europeia. Entretanto, esta aproximação chinesa divide opiniões quanto a se estabelecer com apoio financeiro com termos próprios em um mercado consolidado como o europeu. O primeiro foco em parcerias adotado pelo governo chinês é junto das nações do centro e leste europeu, considerados possíveis polos em desenvolvimento e futuros membros da Iniciativa Cinturão e Rota para que se estabeleça no continente europeu (YU, 2018).

“Entretanto, as elites políticas europeias devem permanecer cientes de que Pequim planejou várias táticas para atingir seus objetivos de diplomacia econômica, que também se tornaram mais complexas com os resultados dos esforços contínuos e muito necessários da China para transformar a economia doméstica.” (YU, 2018; p. 10).

Entre as ações na Europa, se deve destacar a cooperação “16 + 1” que demonstrou potencial significativo ao estabelecer um cenário de investimento chinês em nações europeias. O projeto representa a parceria entre a China e 16 nações europeias localizadas em sua região central ou leste (YU, 2018).

Após uma breve análise, é possível entender o papel que a União Europeia exerce nos planos chineses. O bloco econômico representa, em números, o maior parceiro comercial da China por mais de uma década. Destacando o ano de 2014 onde os valores comerciados entre China e União Europeia (exportações e importações) ultrapassaram os U\$ 600 bilhões, além de ambos representarem dois dos maiores mercados globais, sendo a China o maior (MINGHAO, 2016).

3.3.1 A influência da ICR no Sistema Internacional

A Iniciativa Cinturão e Rota teve início após diversas análises e movimentos políticos chineses em países vizinhos e parceiros em outros continentes. No ano de 2017, com a ICR em prática, o governo chinês sediou o primeiro encontro internacional sobre a iniciativa em seu próprio estilo. Este encontro é considerado bem-sucedido, contando com a participação de 29 chefes de Estado e 130 delegações de países. Porém todas essas ações e propostas pautadas na política externa dependem de um jogo de negociações envolvendo a política interna. Para que decisões referentes à assuntos de política externa sejam aprovadas, os membros do comitê permanente do partido

comunista chinês devem entrar em acordo com a proposta (YU, 2018). A presença do jogo de dois níveis de Putnam (1988) é claramente observada neste cenário, o qual o governo chinês só é permitido de tomar determinada ação no cenário internacional, desde que amparado pela decisão do partido, que por sua vez, defende o interesse nacional. “Cenários de barganha ocorrem regularmente na procura de um consenso entre os grupos de interesse.” (YU, 2018; p. 5).

De maneira geral, a ICR nas relações China-União Europeia tem como objetivos principais em andamento e futuros estabelecer uma rota comercial que servirá como “ponte” na Eurásia e proporcionando o estabelecimento de novos corredores econômicos no caminho, favorecendo na redução de gastos com comércio entre os membros do projeto e auxiliando diplomaticamente e politicamente no progresso da cooperação internacional entre China e Europa. A instituição da ICR, além de interesses econômicos, engloba interesses no quesito política internacional e segurança. No atual cenário geopolítico, a Europa se encontra cercada por regiões marcadas por instabilidades, citando a crise da Crimeia, Guerra da Síria e a crise de refugiados. Com a nova rota da seda passando por esses territórios, promessas de desenvolvimento e investimentos nessas regiões são vistos com bons olhos pela comunidade europeia, sendo esta, um método pacificador e positivo para as regiões, podendo diminuir e até mesmo evitar futuras crises humanitárias que em maior escala impactem o continente europeu. Vale destacar as aproximações chinesas através de comunicações bilaterais e multilaterais, negociando diretamente com Estados e mantendo comunicações constantes com a União Europeia. Ganha destaque a importância do, já citado nesta pesquisa, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura como instituição parceira nas tratativas, ressaltando a inclusão do Reino Unido, França e Alemanha entre os Estados que ingressaram na proposta chinesa, porém, ressaltando que esta associação por parte dos Estados europeus foi criticada pelos Estados Unidos que se opõe à ideia (MINGHAO, 2016).

A maior influência da ICR na região Subsaariana seria na Etiópia, Quênia e Djibuti, os países que constariam no projeto oficial para receberem uma quantidade maior de investimentos, como para infraestrutura portuária, pois estes fariam parte da Rota da Seda Marítima. Porém, em comparação com Estados da mesma região que não estão nos principais planos da iniciativa

chinesa. Quando comparado com países vizinhos da China e da Eurásia, principalmente, onde os principais corredores estão planejados, os investimentos recebidos pelos subsaarianos, restante do continente africano e até mesmo América Latina, estão muito abaixo em números absolutos (JENKINS, 2019).

Recentemente, Brasil e China assinaram um acordo de investimento em infraestrutura pautado das ideias da Iniciativa Cinturão e Rota que possivelmente insira o Brasil entre os países na lista da iniciativa, sendo um dos principais na América Latina, mercado que a China busca expansão e firmar parcerias para seu cinturão. Com investimentos nas áreas de transportes, como rodovias, e energias, tem beneficiado as relações sino-brasileiras onde a China é o maior destino dos produtos exportados pelo Brasil. Tamanha parceria movimentou a ideia de um dos projetos mais discutidos e considerado dos mais audaciosos, que é a construção de uma estrada de ferro ligando o litoral do Oceano Atlântico no Brasil aos portos peruanos na costa do Oceano Pacífico. Esboços foram feitos durante a primeira década dos anos 2000 e com a Iniciativa Cinturão e Rota encontros aconteceram envolvendo as partes de ambas as nações em prol de definir formas e parceiros para este projeto, porém, devido ao mercado instável e pela situação que colocaria o Peru, de mero entreposto, o projeto acabou não sendo aplicado, mas a ideia não foi abandonada, inclusive outros parceiros já demonstraram interesse no projeto, como companhias norte-americanas. A China ainda possui participação em portos brasileiros, entre eles o Porto de São Luis no Maranhão e investiu na expansão de novos terminais marítimos, com o objetivo de obter a administração de portos “próprios” para estabelecer sua rota marítima dentro das metas da ICR (MYERS; OLIVEIRAS, 2020).

O Brasil se mantém como possível participante do ICR, mas no ano de 2016, o Panamá se torna o primeiro país latino-americano a fazer parte da Iniciativa Cinturão e Rota, assim como outros países, recebendo altas quantias em investimentos de origem chinesa (LEM; PAUDEL; PORTADA, 2020).

A iniciativa tem influenciado o rumo tomado nas tratativas envolvendo China e América Latina e Caribe. O Continente americano não fazia parte do projeto inicial da ICR, porém, com as novas perspectivas de mercado e o desenvolvimento e a expansão das relações China-América Latina, o continente se tornou um uma expansão natural dentro do projeto. Países como Brasil, já

citado nesta pesquisa, Chile, Argentina e México foram alguns dos cotados à ingressarem no projeto de investimentos do Banco Asiático de Investimento de Infraestrutura. Ao todo, 33 nações foram convidadas a se tornarem membros da ICR, tornando o continente latino-americano rota indispensável para a Rota da Seda Marítima instituída pela China. Este movimento atraiu maior atenção dos países geograficamente menores, principalmente os da região caribenha e América do Sul como Bolívia e Uruguai, todos com acordos comerciais com a China, porém buscando uma expansão dessas relações com a inserção na Iniciativa Cinturão e Rota (LI; ZHU, 2019).

“A ICR pode beneficiar a região da América Latina e Caribe impulsionando comércio e demanda de produtos; gerando cooperação internacional na ciência, tecnologia e inovação; e conectando esta região com a Ásia, Europa e África. Entretanto, diversos desafios incluindo o problema do desenvolvimento sustentável existem no atual relacionamento entre as duas partes.” (LI; ZHU, 2019; p. 3).

Vários pontos levantados como negativos pela comunidade internacional, principalmente países desenvolvidos, com os grandes investimentos através da ICR, levantam preocupações por parte da China, entre eles os impactos no meio ambiente, impactos sociais, toda a estrutura comercial da região e o balanceamento do mercado são fatores levados em consideração pelos estrategistas da iniciativa (LI; ZHU, 2019).

3.3.2 Desafios e objetivos futuros da ICR

Como objetivos futuros para a ICR há o desafio de se estabelecer na Eurásia, região crítica para o sucesso da iniciativa. Na Europa, o atual problema é aquele relacionado à persistente desconfiança na relação sino-europeia (MINGHAO, 2018).

“As tremendas apostas econômicas na Eurásia e a expansão de sua influência tem gradualmente atraído a atenção da comunidade internacional, incluindo a Europa. O medo do lado europeu é que, conforme a China aumenta seu suporte na Ásia Central e outras regiões sob a ICR, Europa será futuramente desafiada pela China em várias frentes, incluindo suas exportações de modelos de desenvolvimento nacional e

desafiando as normas de desenvolvimento internacionais.”
(MINGHAO, 2018; p. 7).

Em caráter mais regional, a Índia se posiciona duvidosamente quanto à iniciativa chinesa alegando questões políticas internacionais, sociais e ambientais. No projeto chinês consta investimentos na região da Caxemira, território de disputa envolvendo indianos e paquistaneses causando mal-estar quanto aos interesses chineses na região. A falta de transparência é outro fator que incomoda o governo indiano que argumenta a possível incapacidade de Estados menores cumprirem com os pagamentos e encarem um alto crescimento dos débitos com a China até um ponto que seja incapaz de arcar com todas as dívidas, além de investimentos malfeitos e desenfreados que impactem negativamente no meio ambiente desses Estados em questão e prejudique pequenas comunidades e culturas locais. A Índia atua como um concorrente frente a China pela influência sobre os países da região indo-pacífica, se colocando como desafio à Pequim e sua ICR, inclusive podendo resultar em futuras tensões partindo do princípio de que a Índia busca fazer uso de sua marinha para estabelecer sua supremacia na região, como em países como Ilhas Maurício, Seychelles e Sri Lanka (KHURANA, 2019).

Ao contrário dos corredores projetados para a Iniciativa Cinturão e Rota que pretendem interligar nações, há o avançado projeto do Corredor Econômico China-Paquistão (CECP), o único envolvendo duas nações. Após o acordo entre os dois países “... foi alocado um total de U\$ 46 bilhões para múltiplos projetos de energia, infraestrutura de transportes e comunicações digitais.” (HUSSAIN, 2018; p.2). Porém, assim como nos outros países em que atua, a ICR tem gerado diversas discussões internas entre os partidos paquistaneses, deixando clara novamente a disputa dos jogos de dois níveis nos mais plurais Estados. Em pauta estão sempre os impactos nas comunidades mais tradicionais e resultados negativos nas questões climáticas a partir de um crescimento mal administrado e desenfreado após investimentos em infraestrutura, englobando neste cenário os desafios internos do Paquistão envolvendo governança e segurança que podem prejudicar e colocar em risco este corredor bilateral da ICR, além do impacto geopolítico na região que pode ser causado envolvendo Índia, China e Paquistão com o estabelecimento da CECP considerando todo o histórico de hostilidades, principalmente no que diz respeito à Caxemira (HUSSAIN, 2018).

Outro desafio futuro para a comunidade internacional é a questão climática, a qual é abordada dentro da ICR. Entre os projetos futuros há a Agenda 2030 sobre o meio ambiente, envolvendo principalmente acordos com países da América Latina e Caribe. Tanto a China quanto o continente Latino-americano demonstram interesses em seguir as diretrizes da agenda 2030, os latino-americanos principalmente devido a importância do clima em sua economia muitas vezes baseada em energias e exportação de commodities. Por parte chinesa vale destacar as políticas internas e externas adotadas em prol desenvolvimento sustentável em médio e longo prazo, como o Plano Nacional Chinês junto com a implementação da Agenda sustentável 2030. Diversos planos e acordos envolvendo a China e países da região americana em com o objetivo de atingir o melhor desenvolvimento sustentável e social, como Plano de Cooperação China-Países de América Latina e Caribe, de 2015. Estes acordos, sejam bilaterais ou multilaterais, buscam o embasar suas ações e objetivos atuais e futuros no dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia das Nações Unidas. Tratativas que tendem a alinhar mais ainda a China com o continente latino-americano, futuramente, que como já citado, não era um continente base para a Iniciativa Cinturão e Rota (LI; ZHU, 2019).

4.0 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante dos resultados obtidos, é visível o comprometimento estatal e privado chinês com empreendimentos voltados para o desenvolvimento da infraestrutura em escala global. Com o passar das décadas, considerando as analisadas nesta pesquisa, 1990, 2000 e 2010, o impacto chinês e sua participação em negociações e acordos, com destaque em países em desenvolvimento, cresceu consideravelmente. Investimentos em variadas áreas foram efetuados e parcerias bilaterais e multilaterais foram criadas e ou aprimoradas.

Fica clara a competição entre ocidente e oriente, com a China desafiando a hegemonia, em destaque, norte-americana, fato que desencadeou tensões políticas e econômicas, inclusive com a necessidade da elaboração de novas políticas externas americanas que ficaram defasadas em contrapartida do *Soft Power* adotado pela China que ganhou adeptos em várias localidades, como no continente africano.

Os resultados mostram um constante crescimento em números exatos da influência chinesa e que estes valores tendem a crescer, gerando novas oportunidades e proporcionando a exploração de novos mercados, porém a cautela é necessária após exemplos de impactos negativos com o desenvolvimento mal estruturado e planejado, gerando déficits financeiros e impactos sociais e culturais como aqueles em comunidades menores e tradicionais.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da alocação destes investimentos e desenvolvimento de novos projetos tanto impactos positivos e negativos são notados. O estabelecimento de novas relações envolvendo China e comunidade internacional é benéfica desde que os destinos dos investimentos seja bem planejado para que não impacte na economia de um Estado criando uma dívida impagável prejudicando a economia destes países, sendo este um dos pontos negativos. Tais pontos que envolvem atenção para as comunidades nacionais, no caso o social, questões políticas internas e externas, e questões ambientais com o crescimento desenfreado e com falta de fiscalização.

A Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) é um projeto audacioso composto de metas e estruturas audaciosas com impacto em nível global e que pretende consolidar a China como hegemonia mundial e tem potencial para o mesmo. A iniciativa é em longo prazo e está em considerados estágios iniciais dos projetos e negociações com os principais parceiros e possíveis candidatos para receberem os investimentos.

Concluimos que a forma como a China tem conduzido sua política externa e atuando no cenário internacional favorece a imagem do Estado em futuras negociações, inclusive quando comparada com a política externa de outras nações, como os Estados Unidos. Portanto, proporcionando a transformações em escala global de políticas externas e tratativas comerciais, sociais, ambientais e políticas.

REFERÊNCIAS

ALEMU, Dawit; SCOONES, Ian; **Negotiating New Relationships: How the Ethiopian State is Involving China and Brazil in Agriculture and Rural Development**, IDS Bulletin, 2013

AMBROSIUS, Lloyd. **Woodrow Wilson and The Birth of a Nation: American Democracy and International Relations**, Diplomacy and Statecraft, 689 – 718, 2007.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Século XX**, 2ª Ed. Tradução Editora Fundamento. São Paulo, Editora Fundamento, 2010.

BRAKMAN, Steven; FRANKOPAN, Peter; GARRETSEN, Harry; VAN MARREWIK, Charles. **The New Silk Roads: an introduction to china's belt and road initiative**. Cambridge Journal Of Regions, Economy And Society, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 3-16, 20 fev. 2019. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/cjres/rsy037>.

CARVALHO, E. **Retrospectiva e perspectivas: O que esperar da Cúpula em Brasília?**, China Hoje: BRICS e Governança, São Paulo, Out/Nov2019, Nº27.

DU, Michael; **China's "One Belt, One Road" Initiative: Context, Focus, Institutions, and Implications**, The Chinese Journal of Global Governance. Junho, 2016.

GLAUMAN, Martin; KUUSINEN, Marcus; PIERZYNOWSKI, Kacper; YUSON, Ghia; **The rise of the Southeast Asian Tigers: Elements for Success in Southeast Asia**, Business Sweden, 2nd Ed. 2019.

HONG, Yu; **Motivation behind China's 'One Belt, One Road' Initiatives and Establishment of the Asian Infrastructure Investment Bank**, Journal of Contemporary China. Novembro, 2016.

HUI, Z. **Cinturão e Rota: um novo tipo de globalização e de governança global**, China Hoje: BRICS e Governança, São Paulo, Out/Nov2019, Nº27.

HUSSAIN, Ejaz; **CPEC: Governance and Security Challenges-Implications for the Belt and Road Initiative**, Chinese Political Science Review, July, 2018.

JENKINS, Rhys; **How China is Reshaping The Global Economy: Development Impacts In Africa And Latin America**, Oxford University Press, 2019.

KELLEY, John. **The New Diplomacy: Evolution of a Revolution**, *Diplomacy and Statecraft*, 21:2 2010, p. 286-305

KHURANA, Gurpreet. **India as a Challenge to China's Belt and Road Initiative**, *Asia Policy*, 2019.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**, Tradução Saul S. Geffer, Ann Mary Fighiera Perpétuo, Saraiva – São Paulo, 2012.

KISSINGER, Henry. **Force and Diplomacy in the Nuclear Age**, *Council on Foreign Affairs*, Vol. 34, No. 3, 1956, p. 349-366.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**, 1ª Ed. Tradução Cássio de Arantes Leite, Objetiva – Rio de Janeiro, 2011.

LAYNE, Christopher. **This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana**, Texas A & M University, 2012. DOI: 10.2307/41409832

LEM, Steve; PAUDEL, Uttam; PORTADA, Robert. **The Final Frontier: China, Taiwan, and the United States in Strategic Competition for Central America**, *Journal of Chinese Political Science*; Association of Chinese Political Studies. September, 2020.

LI, Yuanbo; ZHU, Xufeng. **The 2030 Agenda for Sustainable Development and China's Belt and Road Initiative in Latin America and the Caribbean**, *Sustainability*, Abril, 2019.

MALISZEWSKA, Maryla; MENSBRUGGHE Dominique. **The Belt and Road Initiative: Economic, Poverty and Environmental Impacts**, World Bank Group, 2019.

MINGHAO, Zhao. **The Belt and Road Initiative and its implications for China-Europe Relations**, *The International Spectator*, October, 2016.

MORGAN, Pippa. **Can China's Economic Statecraft Win Soft Power in Africa? Unpacking Trade, Investment and Aid**, Journal of Chinese Political Science, 2018.

MYERS, Margaret; OLIVEIRA, Gustavo. **The Tenuous Co-Production of China's Belt and Road Initiative in Brazil and Latin America**, Journal of Contemporary China. October, 2020.

NYE, Joseph. **Soft Power: The means to success in world politics**, Tradução própria. Public Affairs, New York, 2004.

PUTNAM, Robert. **Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games**, The MIT Press, Vol. 42 No. 3, 1988 p. 427 – 460.

SMITH, J. **China's Belt and Road Initiative: Strategic Implications and International Opposition**, The Heritage Foundation, 2018.

STANZEL, Volker. **New Realities in Foreign Affairs: Diplomacy in the 21st Century**, German Institute for International and Security Affairs, Nov. 2018.

VLADOS, Charis. **The Dynamics of the Current Global Restructuring and Contemporary Framework of the US-China Trade War**, Global Journal of Emerging Market Economies, Beijing Normal University. 2020.

VLASSIS, Antonios. **Soft Powe, global governance of cultural industries and rising powers: the case of China**, International Journal of Cultural Policy, University of Liège, Liège, Belgium. 2015.

YU, Jie. **The belt and road initiative: domestic interests, bureaucratic politics and the EU-China relations**, Asia Europe Journal, March, 2018.

ZISO, Edson. **A Post State-Centric Analysis of China-Africa Relations: Chinese Investment and New Modalities of State Intervention in Ethiopia**, Palgrave MacMillan; 1^a ed. 2018.